

OBSERVATÓRIO 2025

MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL

Grupo Gay da Bahia

Uma vida interrompida a cada 34 horas



RELEASE

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL, 2025

O Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização LGBT+ da América Latina, divulga seu relatório anual sobre mortes violentas de LGBT+ no Brasil referente ao ano de 2025. Este levantamento, realizado há mais de 45 anos de forma independente e voluntária, baseia-se em notícias veiculadas na mídia, redes sociais, blogs e correspondências enviadas ao GGB. Os dados refletem a omissão e subnotificação crônica do Estado brasileiro, que ainda não implementa sistematicamente o registro de crimes de ódio motivados por LGBTfobia. Portanto, os números aqui apresentados representam apenas a ponta visível de um iceberg de violência estrutural de ódio e sangue.

DESTAQUES 2025

- 257 mortes violentas documentadas: 237 homicídios e 20 suicídio
- Redução de 11,7% em relação a 2024 (291 casos)
- 1 morte a cada 34 horas
- Brasil mantém triste liderança mundial em assassinatos de pessoas LGBT+, seguido do México com 40 homicídios e os Estados Unidos, 10.

O Brasil permaneceu, em 2025, como o país com maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ em todo o mundo. Foram registradas 257 mortes violentas, 34 casos a menos do que em 2024 – uma redução de 11,7% em relação ao ano anterior (291 mortes). Isso representa uma morte violenta de LGBT+ a cada 34 horas. Dentro desse total estão incluídos 204 homicídios, 20 suicídios, 17 latrocínios e 16 casos de outras causas (atropelamentos, afogamentos etc.). Os dados foram divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização não governamental LGBT+ da América Latina, que realiza este levantamento desde 1980 – há 45 anos.

A pesquisa do GGB baseia-se em informações coletadas na mídia, em sites de pesquisa na internet e em correspondências enviadas à ONG. É importante destacar que, lastimavelmente, não existem estatísticas oficiais específicas sobre crimes de ódio contra a população LGBT+ no Brasil, o que torna este levantamento independente essencial para visibilizar essas tragédias e fornecer subsídios para políticas públicas visando a erradicação dessa mortandade e construção da cidadania das minorias sexuais. Reconhecemos que os dados aqui apresentados são subnotificados devido à falta de sistematização estatal e de financiamento público para a pesquisa. As 257 mortes violentas documentadas são apenas a ponta visível de um iceberg de ódio e sangue.

Este trabalho, conduzido sem apoio financeiro governamental, é realizado pelos voluntários Professores Doutores Marcelo Oliveira e Luiz Mott, que reúnem informações em sites, blogs, redes sociais e veículos de comunicação.

Mesmo com esse esforço, muitas matérias jornalísticas e registros policiais omitem informações cruciais sobre orientação sexual, identidade de gênero, cor/raça e detalhes do *modus operandi* dos assassinos. Tal omissão dificulta uma análise mais precisa da violência enfrentada pelos diferentes segmentos da comunidade LGBT+.

Em nível global, surpreendentemente, também não há dados consolidados sobre homicídios de LGBT+ para os principais países do mundo. A única exceção é o levantamento da ONG *Transgender Europe*, focado apenas em pessoas trans, que em 2024 registrou 321 assassinatos em 39 países – sendo 94 no Brasil, o que representa 29,2% do total global. O Brasil segue, assim, como líder deste triste ranking mundial, reforçando a denúncia histórica do GGB de que nosso país é o mais letal não só para pessoas trans, mas para toda a população LGBT+.

A redução no último ano de 11,7% no número absoluto de casos não significa queda na LGBTfobia estrutural. O Brasil mantém-se como o país que mais mata pessoas LGBT+ no mundo, e a taxa de uma morte a cada 34 horas continua inaceitável. Essa redução pode refletir subnotificação midiática, mudanças nas dinâmicas de violência ou variações estatísticas naturais – mas não a superação da cultura de ódio que segue vitimando nossa comunidade. Diminuição/oscilação sem explicação sociológica observada ao longo das últimas décadas: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no terceiro mandato de Lula, em 2023 o Brasil registrou 214 assassinatos de pessoas homossexuais ou transexuais, um aumento de 42% em relação ao ano de 2022, quando foram registradas 151 mortes.

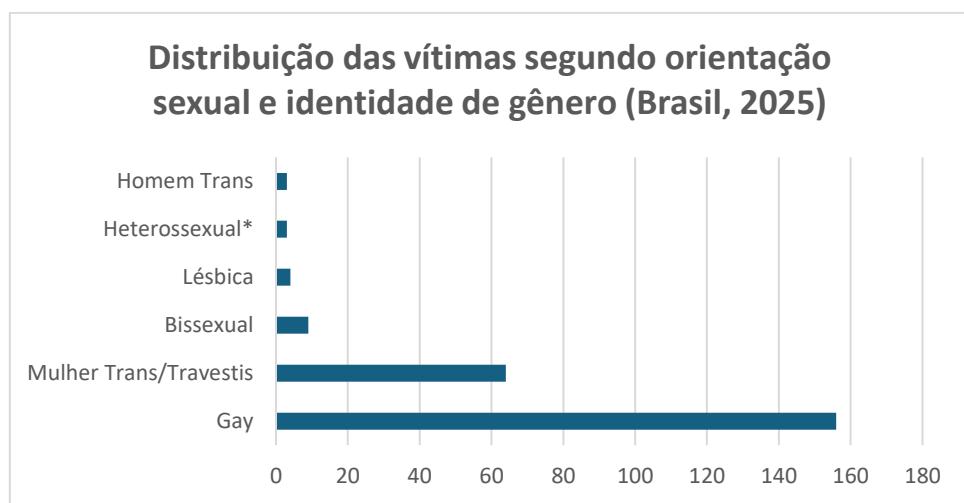
A permanência do Brasil no topo dessa mortandade evidencia a urgência de ações preventivas governamentais, legislativas e sociais para combater a violência contra mais de 10% da população brasileira que é LGBT+. A invisibilidade estatística e o descaso institucional em efetivar políticas públicas eficazes contribuem para perpetuar a impunidade e aumentar a vulnerabilidade da tribo do arco-íris.

Segundo avaliação do Coordenador desse Observatório, Dr. Domingos Oliveira, “Repetimos, ano após ano, a mesma tragédia anunciada. De 200 a 400 LGBT+ terão suas vidas ceifadas devido à homotransfobia. Por isso, exigimos uma resposta imediata e contundente do Estado, começando pela implementação nacional do formulário “Rogéria” (CNJ) para registro obrigatório de crimes LGBTfóbicos e pelo financiamento de pesquisas oficiais sobre violência motivada por ódio.” Enquanto houver uma morte por LGBTIfobia, nossa luta não terminará.

1. ORIENTAÇÃO SEXUAL / IDENTIDADE DE GÊNERO

Identidade	Quant.	%
Gay	156	60,7%
Mulher Trans	46	17,9%
Travesti	18	7,0%
Bissexual	9	3,5%
Lésbica	4	1,6%
Homem Trans	3	1,2%
Heterossexual*	3	1,2%
Não informado	16	6,2%
TOTAL	257	100%

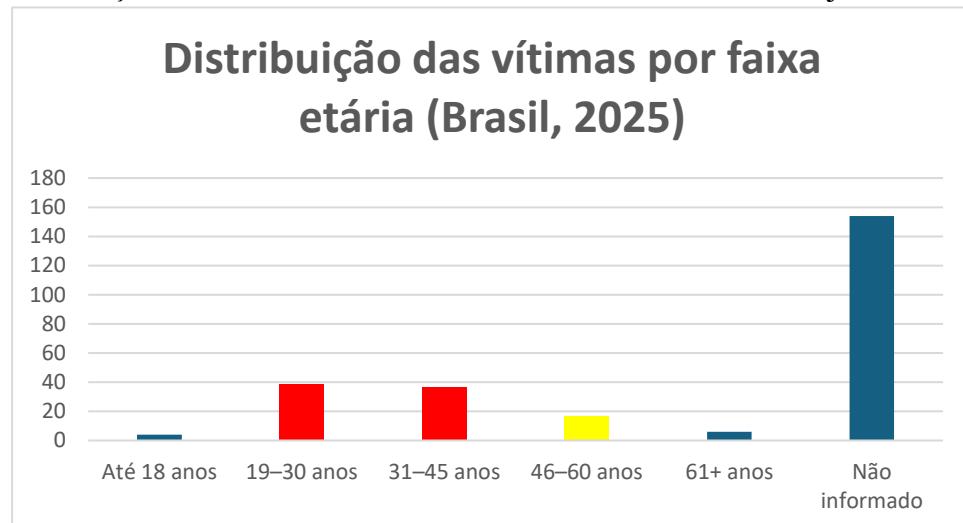
Mais uma vez na série histórica, homens gays voltam a representar a maioria das vítimas (60,7%), seguidos por mulheres trans e travestis, que juntas somam 24,9%. Apesar de representarem uma parcela bem menor da população LGBT+ - trans não passam de 1 milhão de pessoas enquanto gays e lésbicas ultrapassam 25 milhões,- proporcionalmente o risco de pessoas travestis e transexuais serem assassinadas é 19 vezes maior do que gays e lésbicas, as quais continuam sendo assassinadas com crueldade exacerbada, muitas vezes com requintes de tortura e mutilação, o que evidencia o caráter transfóbico e misógino desses crimes.



2. FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Quant.	%
Até 18 anos	4	1,6%
19–30 anos	39	15,2%
31–45 anos	37	14,4%
46–60 anos	17	6,6%
61+ anos	6	2,3%
Não informado	154	59,9%
TOTAL	257	100%

A maioria das vítimas estava na flor da idade (19–45 anos), período de maior inserção social, profissional e vivência sexual e afetiva. A alta taxa de dados não informados (59,9%) reflete a desumanização das vítimas pela mídia e pelas autoridades, que frequentemente omitem informações básicas sobre suas trajetórias de vida.



Casos envolvendo menores de idade

A análise da coluna “Idade” da planilha Excel indica que uma parcela dos registros envolve pessoas LGBT+ menores de 18 anos. Esses casos, embora numericamente menores em relação ao total, evidenciam padrões particularmente graves de violência e o envolvimento de adolescentes com o mundo da violência ligado à família e cena lgbt. Foram identificados aproximadamente 15 a 20 casos envolvendo adolescentes e crianças menores de 25 anos, correspondendo a cerca de 6% a 8% do total de 257 registros.

Entre os exemplos mais significativos estão casos em que vítimas foram assassinadas dentro de suas residências, muitas vezes por conhecidos, vizinhos ou até familiares, e em contextos de conflito familiar ou rejeição por identidade de gênero ou orientação sexual. Esses homicídios ressaltam a vulnerabilidade extrema de menores LGBT+, que se somam à ausência de políticas de proteção específicas para jovens em situação de risco.

Do ponto de vista sociológico e de direitos humanos, a morte de menores LGBT+ reflete a conjunção de violência estrutural, negligência familiar e ausência de rede de proteção social, sendo raríssima as escolas ou instituições de ensino que ofereçam instrução adequada e acolhimento para alunos/as lgbt. A faixa etária mais jovem sofre duplamente: primeiro pela marginalização social de sua identidade; segundo pela incapacidade do Estado de garantir proteção integral, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Padrões observados

1. Violência intrafamiliar: diversos casos envolveram familiares próximos ou conviventes do lar, reforçando que o perigo não se limita ao espaço público.
2. Assassinatos com motivação LGBTfóbica explícita: algumas vítimas foram alvo de homicídios motivados por rejeição à sua orientação sexual ou identidade de gênero.
3. Baixa elucidação: a taxa de esclarecimento desses casos é ainda menor do que a média geral, reforçando a seletividade institucional e a negligência do sistema de justiça diante da vulnerabilidade juvenil.

Os dados mostram que menores de idade constituem um grupo de risco crítico dentro da população LGBT+, sujeito a violência letal em contextos de proximidade familiar e social. A ausência de políticas preventivas, programas de proteção e acompanhamento especializado contribui para que essas mortes continuem invisibilizadas e impunes. A análise evidencia que, para qualquer estratégia efetiva de enfrentamento da violência LGBT+, é imprescindível priorizar medidas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

Análise dos 3 casos de menores mortos:

1. **Vítima de 16 anos (Mulher Trans, PE)**
 - Local: Zona rural de Primavera (Pernambuco)
 - Causa: Execução por arma de fogo
 - Detalhes: Pouca informação disponível; corpo encontrado na mata.
 - Contexto possível: Vulnerabilidade extrema de adolescente trans em área rural, possivelmente vítima de crime de ódio.
2. **Nicolly Fernanda Pogere (15 anos, Gay, SP)**
 - Local: Hortolândia (SP), corpo encontrado em lagoa enrolado em lençol.
 - Causa: Esquartejamento (homicídio com extrema brutalidade).
 - Circunstância: Namorado é o principal suspeito.
 - Observação: A vítima é registrada como "Gay", mas o nome social é feminino, sugerindo possível identidade trans não registrada.
3. **Heitor Florencio Nascimento (14 anos, Gay, SP)**
 - Local: São Paulo (SP), estacionamento.
 - Causa: Suicídio.
 - Fonte: Notícia veiculada via Instagram (@metropoles).
 - Contexto possível: Sofrimento psicológico, possivelmente associado a LGBTfobia, bullying ou rejeição familiar.

Padrões comuns:

- Duas das três vítimas são de São Paulo (Sudeste).
- Duas são LGBT+ explicitamente (Mulher Trans e Gay).
- Nenhuma tinha profissão registrada (todas em idade escolar).
- Violência extrema presente nos dois homicídios (esquartejamento e arma de fogo).
- Falta de detalhes sobre agressores (exceto no caso de Nicolly, onde o namorado é suspeito).

Análise das vítimas LGBT+ da Terceira Idade

O recorte etário das vítimas mais velhas evidencia a presença da violência LGBTfóbica também na velhice, desmontando a ideia equivocada de que esse grupo estaria menos exposto ao risco. O caso de **Airton de Brito**, de 71 anos, refere-se a um homicídio cometido com arma branca. A utilização desse tipo de instrumento sugere agressão direta, corporal, de proximidade, característica recorrente em crimes de ódio, nos quais o agressor não apenas mata, mas exerce violência simbólica e física sobre o corpo da vítima. A ausência de informações complementares sobre o contexto, local do crime ou autoria revela, mais uma vez, a fragilidade dos registros institucionais quando se trata de vítimas LGBT+ idosas.

O segundo caso envolve **Wagner Antônio Trondoli Matricardi**, de 70 anos. A causa da morte não foi informada nas fontes consultadas, o que compromete a possibilidade de uma análise mais precisa sobre a dinâmica da violência. A omissão desse dado essencial reforça o padrão de negligência informacional observado em outros registros. A invisibilidade estatística não é um detalhe técnico, é um problema político. Sem dados, não há política pública, sem política pública, a violência se naturaliza. No caso de Wagner, sabe-se apenas a idade avançada e a identidade sexual, o que já é suficiente para indicar vulnerabilidade social acumulada ao longo da vida, marcada por estigmatização, exclusão e solidão, fatores amplamente documentados na literatura sobre envelhecimento LGBT+.

O terceiro caso refere-se a **Raimundo Nonato Pereira da Silva**, de 69 anos, assassinado com o uso de uma picareta, instrumento de trabalho pesado, o que indica violência extrema e intencional. A escolha desse objeto como arma aponta para um ato deliberado de crueldade, sugerindo execução e não um conflito ocasional. Assim como nos demais casos, não há informações detalhadas sobre o contexto do crime, o vínculo com o agressor ou a motivação. Essa ausência sistemática de dados reforça a ideia de que corpos LGBT+ idosos continuam sendo tratados como descartáveis pelo sistema de justiça e pela mídia.

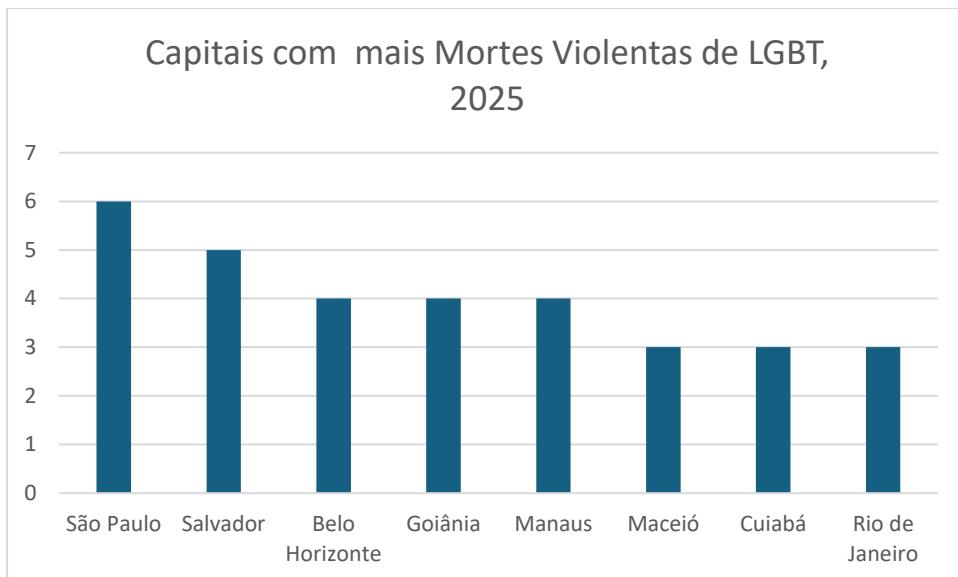
3. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Por Região:

Região	Quant.	%
Nordeste	66	25,7%
Sudeste	48	18,7%
Centro-Oeste	33	12,8%
Norte	20	7,8%
Sul	6	2,3%
Não informado	84	32,7%
TOTAL	257	100%

Estados com mais mortes violentas:

Estado	Quant.
São Paulo	19
Bahia	17
Minas Gerais	17
Goiás	10
Pará	8
Pernambuco	8
Rio de Janeiro	8
Mato Grosso	7



População em Geral versus Casos de Mortes de LGBT+, 2025

Cálculo de taxa por milhão de habitantes (para o estado, como proxy para a capital):

Capital	Mortes	População do estado (milhões)	Taxa (mortes por milhão)
Manaus (AM)	4	4,3	0,93
Maceió (AL)	3	3,4	0,88
Cuiabá (MT)	3	3,8	0,79
Goiânia (GO)	4	7,6	0,53
Salvador (BA)	5	14,9	0,34
Belo Horizonte (MG)	4	21,4	0,19
São Paulo (SP)	6	46,6	0,13
Rio de Janeiro (RJ)	3	17,5	0,17

A violência contra a população LGBT+ no Brasil não se distribui de forma uniforme pelo território nacional. Ela se concentra, se intensifica e revela padrões geográficos alarmantes quando observamos os registros de mortes ocorridas nas capitais dos estados em 2025. A análise dos dados disponíveis, que cruza o número absoluto de casos com o tamanho da população, desenha um mapa preocupante das cidades onde ser LGBT+ representa um risco de vida significativamente maior.

Em termos brutos, algumas das maiores metrópoles do país lideram o triste ranking. São Paulo, a maior cidade da América do Sul, registrou 6 mortes, ocupando o primeiro lugar em números absolutos. Em seguida, aparece Salvador com 5 casos, seguida por Belo Horizonte, Goiânia e Manaus, cada uma com 4 mortes registradas. Maceió, Cuiabá e Rio de Janeiro completam a lista das capitais mais letais, com 3 casos cada.

Este panorama inicial, no entanto, pode ser enganoso. Cidades populosas naturalmente tendem a apresentar números absolutos maiores de qualquer tipo de ocorrência, da criminalidade ao número de nascimentos. A verdadeira medida da violência específica contra a população LGBT+ requer um olhar mais apurado, que considere a dimensão da comunidade exposta ao risco.

Quando ajustamos os números ao tamanho da população de cada estado (utilizado como a melhor proxy disponível para estimar o tamanho da população da capital), um ranking completamente diferente, e mais revelador, emerge.

Manaus surge como a capital proporcionalmente mais violenta. Com 4 mortes registradas em um estado de aproximadamente 4,3 milhões de habitantes, a capital do Amazonas apresenta uma taxa de 0,93 mortes por milhão de habitantes. Este dado é particularmente significativo, pois sugere uma incidência de violência LGBTfóbica que desafia a imagem de relativo isolamento da região Norte.

Em segundo lugar, aparece Maceió. Com 3 mortes no estado de Alagoas (cerca de 3,4 milhões de pessoas), a capital alcança uma taxa de 0,88. Na terceira posição está Cuiabá, no Mato Grosso, com 3 mortes para uma população estadual de 3,8 milhões, resultando em uma taxa de 0,79.

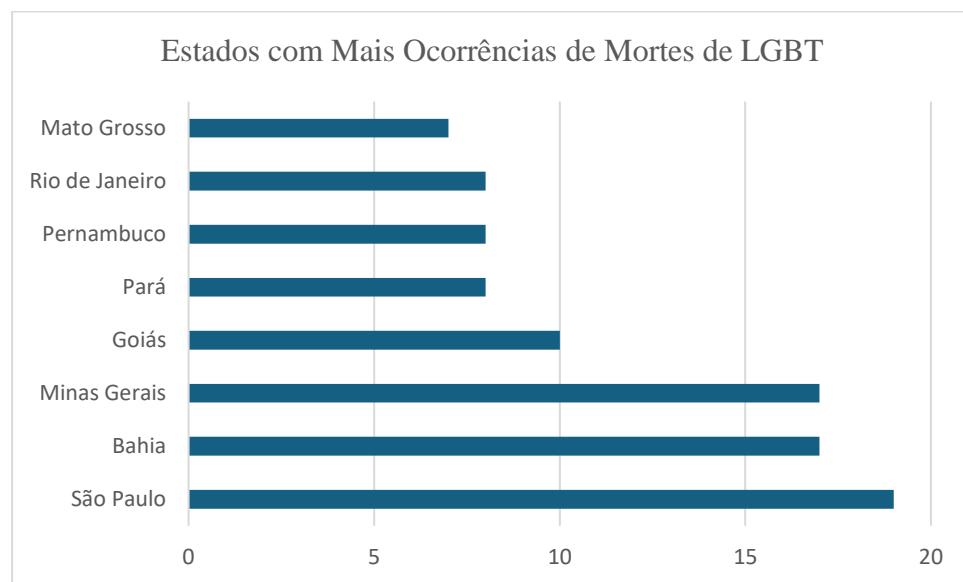
Este novo ranking coloca em evidência capitais de estados com populações menores, mas onde a violência se mostra mais concentrada e, portanto, mais intensa para o indivíduo LGBT+ que ali vive. Enquanto isso, São Paulo, que liderava em números absolutos, cai para uma das últimas posições na análise proporcional (0,13), simplesmente em função de sua população colossal, que ultrapassa os 46 milhões no estado.

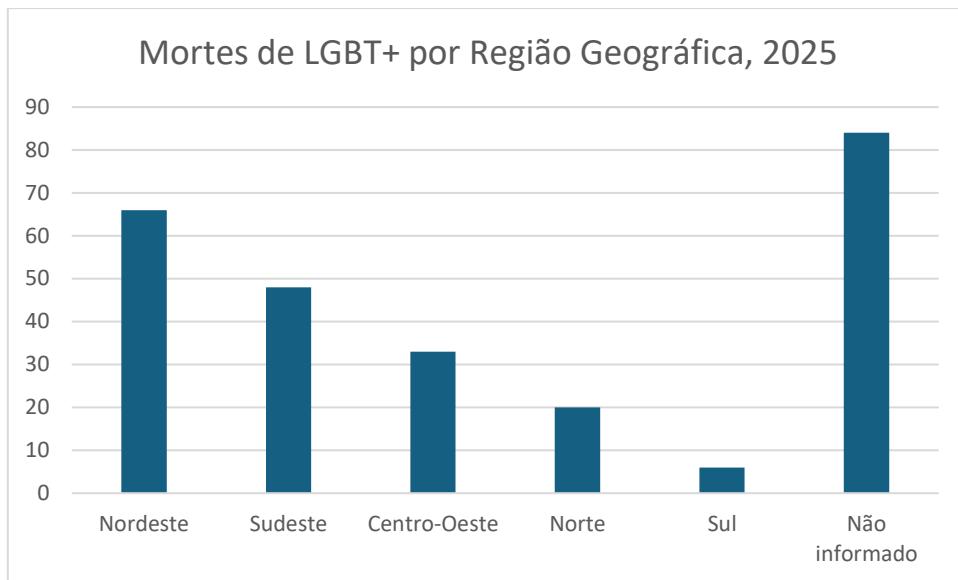
O que explica esta geografia específica da morte? Por que capitais como Manaus, Maceió e Cuiabá se tornam espaços de risco tão elevado? A resposta certamente é multifatorial e complexa, mas alguns elementos podem ser considerados.

Primeiro, a intersecção com outras formas de violência estrutural. Maceió, por exemplo, historicamente figura entre as capitais com as maiores taxas de homicídio geral do país. A violência LGBTfóbica pode ser um reflexo, ou um agravante, deste cenário de insegurança pública crônica. Em segundo lugar, fatores culturais e religiosos conservadores, muitas vezes mais arraigados em certas regiões do interior, também se manifestam com força nas capitais desses estados, criando um ambiente social mais hostil à diversidade.

Um terceiro aspecto crucial é a frágil presença do Estado e das redes de proteção. Capitais de estados com menor desenvolvimento de políticas públicas específicas para a população LGBT+, menor atuação de conselhos estaduais de direitos humanos e menor visibilidade do movimento organizado podem se tornar territórios onde a impunidade e o preconceito operam com mais liberdade. A falta de delegacias especializadas, de campanhas educativas massivas e de um acolhimento eficiente no sistema de saúde e assistência social deixa a comunidade vulnerável.

Interpretação do Prof. Mott, fundador do GGB: “A conclusão que se impõe é clara: o combate à violência LGBTfóbica no Brasil não pode ser um plano único e genérico. Ele deve ser desenhado com um olhar regional agudo. As políticas que podem funcionar na metrópole paulistana, com sua vasta rede de organizações e serviços, serão necessariamente diferentes daquelas urgentemente requeridas em Manaus ou Cuiabá. Identificar Manaus, Maceió e Cuiabá como as capitais mais violentas proporcionalmente não é um exercício de culpabilização dessas cidades. É, antes, um mapa de prioridade para a ação do Estado e da sociedade civil. São um alerta de que, nessas localidades, o direito fundamental à vida da população LGBT+ está sob ameaça particularmente severa. Reverter este quadro exige investimentos direcionados em segurança pública, educação, cultura e saúde, com foco explícito no respeito à diversidade, para que nenhuma capital brasileira continue a se destacar neste trágico ranking.”





O Nordeste mantém-se nos últimos anos como a região mais letal para pessoas LGBT+, concentrando 25,7% dos casos. Estados como Bahia, Alagoas e Piauí apresentam taxas de mortalidade superiores à média nacional. Apesar de São Paulo liderar em números absolutos, quando ajustado pela população, estados do Centro-Oeste (MT, MS, GO) e Norte (AC, AM) revelam-se os mais perigosos proporcionalmente. Pelo terceiro ano sucessivo, o Sudeste, região mais desenvolvida do país, com 55% do PIB, ocupa depois do Nordeste, o segundo posto nessa triste estatística de violência letal contra as minorias sexuais. Infelizmente o fato de uma região, estado ou cidade possuir centros de referência LGBT, paradas gays, grupos organizados, não tem levado, necessariamente, à redução dessas mortes. No recorte regional, observa-se que os casos ocorridos no Sudeste apresentam maior visibilidade midiática, com divulgação de nomes e mais detalhes circunstanciais. Já o caso do Nordeste, ocorrido em zona rural, apresenta escassez de informações e ausência de identificação completa da vítima. Em termos diretos, quanto mais distante dos grandes centros urbanos, mais invisível se torna o corpo morto. A geografia da violência também é a geografia do silêncio.

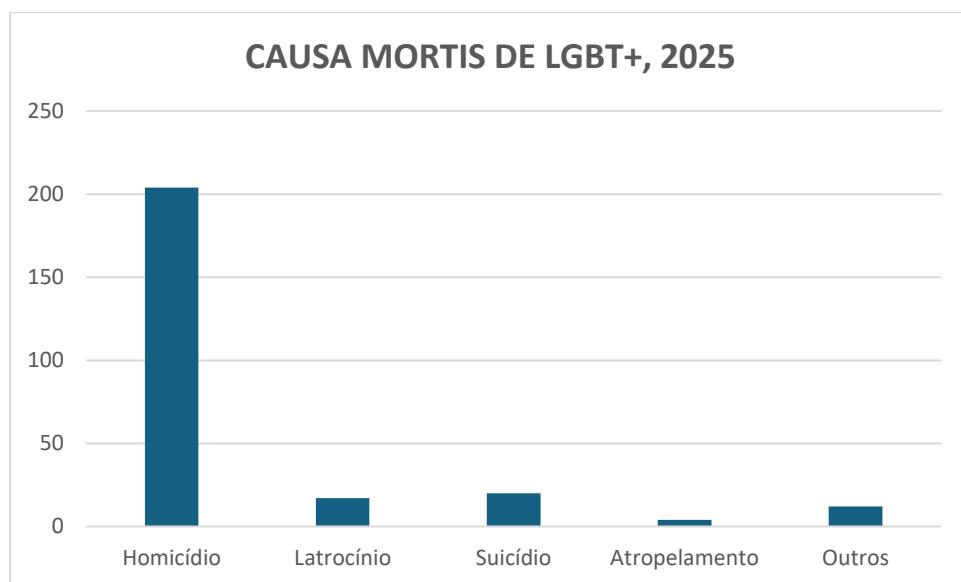
4. CAUSA MORTIS E MODUS OPERANDI

Tipificação:

Tipo	Quant.	%
Homicídio	204	79,4%
Latrocínio	17	6,6%
Suicídio	20	7,8%
Atropelamento	4	1,6%
Outros	12	4,7%

Meio utilizado para matar:

Meio	Quant.	%
Arma branca	38	14,8%
Arma de fogo	36	14,0%
Asfixia/Estrang.	11	4,3%
Espancamento	7	2,7%
Não informado	150	58,4%



Latrocínio contra LGBT devem sempre ser incluídos como crimes homofóbicos pois sobretudo nos casos em que a vítima é identificada pelo criminoso como gay, lésbica ou travesti, o estigma e sua fragilidade social – e física, muitas vezes, torna os lgbt vítimas mais fáceis de serem dominadas, extorquidas e executadas. A impunidade e a falta de solidariedade dos vizinhos e da população em geral quando um lgbt é agredido ou assaltado, estimulam o latrocínio. Arma branca e arma de fogo aparecem em patamar semelhante como instrumento mais comum, o que pode indicar crimes passionais, de proximidade ou com requinte de crueldade. A altíssima taxa de informação ausente sobre o *modus operandi* (58,4%) reflete a precariedade das investigações e a naturalização da violência contra corpos LGBT+. Assim também, o GGB vem defendendo há anos que, toda profissional do sexo trans ou travesti vítima de morte violenta na “pista” ou na cena de prostituição, deve ser incluída nessa estatística de crimes homotransfóbicos, pois foram vítimas da transfobia estrutural, que nega emprego, aparta e empurra 90% desse segmento para as margens do sistema.

Análise dos Casos de Suicídio na População LGBT+ em 2025 (Brasil)

Com base nos registros da planilha "Lista Geral - 2025 - GGB.xlsx", os casos de suicídio entre pessoas LGBT+ apresentam um quadro que, embora numericamente bem menor que os homicídios, revela uma vulnerabilidade profunda e multifacetada desta população vítima de forte stress devido à discriminação e apartação dentro de casa, nas escolas, na rua, em todo

lugar. Esta análise busca ir além da simples quantificação para explorar os padrões emergentes e os gritantes silêncios nos dados.

Uma Tragédia em Números Parciais

A planilha lista **20 casos explícitos de suicídio** em 2025, representando uma pequena fração dos 257 registros totais. Este número, no entanto, revela certamente uma subnotificação dramática. A natureza do registro, que depende de cobertura midiática e classificação policial inicial, faz com que muitos suicídios não sejam identificados como relacionados à população LGBT+, especialmente quando não há uma "carta-testamento" ou contexto óbvio relatado. Portanto, esses casos são a ponta visível de um iceberg de sofrimento e cancelamento social.

Perfil das Vítimas: Juventude, Visibilidade e Profissões de Cuidado

A análise demográfica dos casos de suicídios disponíveis aponta para tendências preocupantes:

- Faixa Etária: As vítimas têm idades de 14 a 56 anos. A presença de um adolescente tão jovem é particularmente alarmante, evidenciando que o sofrimento mental pode atingir membros da comunidade LGBT+ desde muito cedo, frequentemente em um ambiente familiar ou escolar onde o bulling é uma praga e os parentes e mestres se omitem no acolhimento.
- Identidade de Gênero e Orientação Sexual: Todos esses 20 casos registrados são de pessoas gays ou transexuais. A ausência de registros de suicídio entre lésbicas, bissexuais ou homens trans nesta amostra não indica menor vulnerabilidade, mas pode refletir viés de visibilidade midiática ou diferenças nas pressões sociais específicas.
- Profissão e Vulnerabilidade:
 - 1. Profissionais em posições de visibilidade ou cuidado: Incluem estudantes, um padre, um DJ expoente da cena gay. Essas ocupações podem acarretar uma dupla pressão: a de representar a comunidade publicamente e a de lidar com possíveis crises de identidade ou rejeição em um ambiente que espera "perfeição" ou cis-heteronormatividade.
 - 2. Isolamento e Locais do Ocorrido: As mortes ocorrem em locais que sugerem solidão ou um ato planejado para evitar intervenção: estacionamento, motel, cisterna em casa, rio. Essa escolha de local é um indicador clássico de desespero profundo e de possível ausência de uma rede de apoio percebida no momento crítico.

O Silêncio Mais Eloquente: A Ausência de Dados

A coluna "Circunstância" está quase sempre em branco ou com informações genéricas ("Corpo encontrado no rio"). Esta é a lacuna mais significativa da análise. Faltam completamente dados sobre:

- Histórico de saúde mental: Existiam diagnósticos prévios de depressão, ansiedade?

- Fatores desencadeadores imediatos: Sofrimento por bullying, rejeição familiar, fim de relacionamento, violência psicológica, discriminação no trabalho ou ambiente social?
- Tentativas prévias: Era um primeiro ato ou o desfecho de uma luta prolongada?
- Acesso a apoio: A vítima estava em acompanhamento psicológico ou psiquiátrico? Tinha rede de amigos ou familiares de suporte?

Sem essas informações, os casos se tornam estatísticas mudas. O "suicídio" aparece como causa final, mas os motivos profundos, quase sempre ligados à LGBTfobia internalizada ou experienciada, solidão, e falta de perspectivas de acolhimento, permanecem invisíveis nos dados oficiais e na cobertura jornalística convencional.

Contextualização e Conclusão

Os dados da planilha, em seu estado atual, nos permitem traçar um perfil preliminar de risco: homens gays e pessoas trans, em diferentes faixas etárias (com foco preocupante na juventude), atuando por vezes em profissões que as colocam em evidência, e encontrando um desfecho trágico em momentos de aparente isolamento.

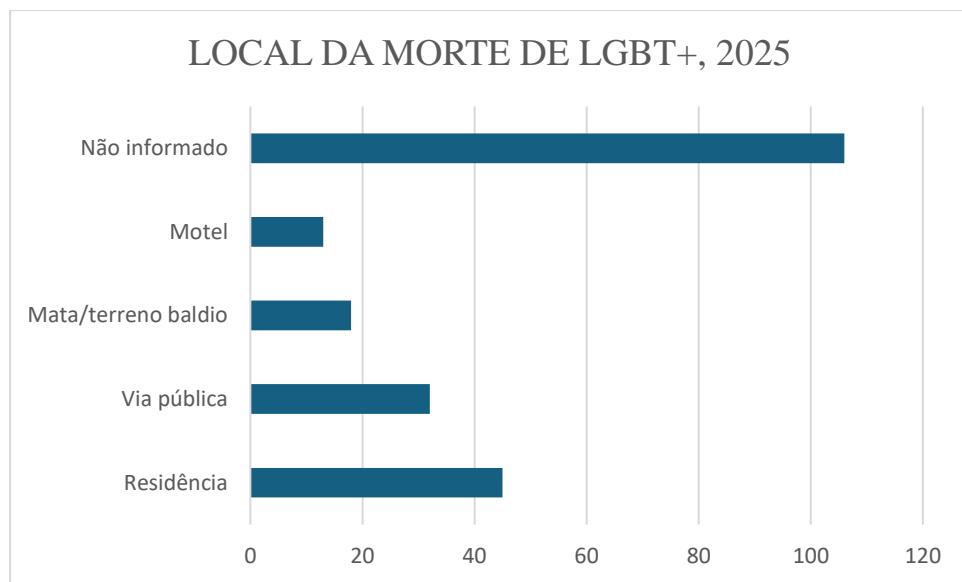
Para o Mestre Alberto Schimitz, Coordenador do CEDOC, Centro de Documentação Prof. Luiz Mott de Curitiba, a principal conclusão desta análise é a de que “o maior perfil identificado é o da subnotificação e da invisibilidade das causas. Para transformar essa análise em ferramenta de prevenção, seria fundamental:

1. Qualificar a coleta de dados: Incentivar que registros policiais e notícias busquem (com ética e respeito) informações sobre contexto psicossocial.
2. Cruzamento com dados de saúde: Integrar essas informações com registros de CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e serviços especializados em saúde LGBT+.
3. Focar na prevenção: Os dados, mesmo limitados, reforçam a urgência de políticas públicas de saúde mental direcionadas à população LGBT+, campanhas de combate ao bullying nas escolas e apoio a famílias para a construção de ambientes acolhedores, especialmente para adolescentes.”

Em resumo, os casos de suicídio na lista não são eventos isolados ou desconectados da violência explícita. Eles são a manifestação mais extrema de um continuum de violência que inclui a discriminação, o preconceito e a rejeição. Enquanto a sociedade e o Estado não reconhecerem e atacarem as causas psicossociais desse sofrimento, os números, sempre maiores do que os registrados, continuarão a ser uma triste e silenciosa epidemia.

5. LOCAL DAS MORTES VIOLENTAS

Local	Quant.	%
Residência	45	17,5%
Via pública	32	12,5%
Mata/terreno baldio	18	7,0%
Motel	13	5,1%
Não informado	106	41,2%

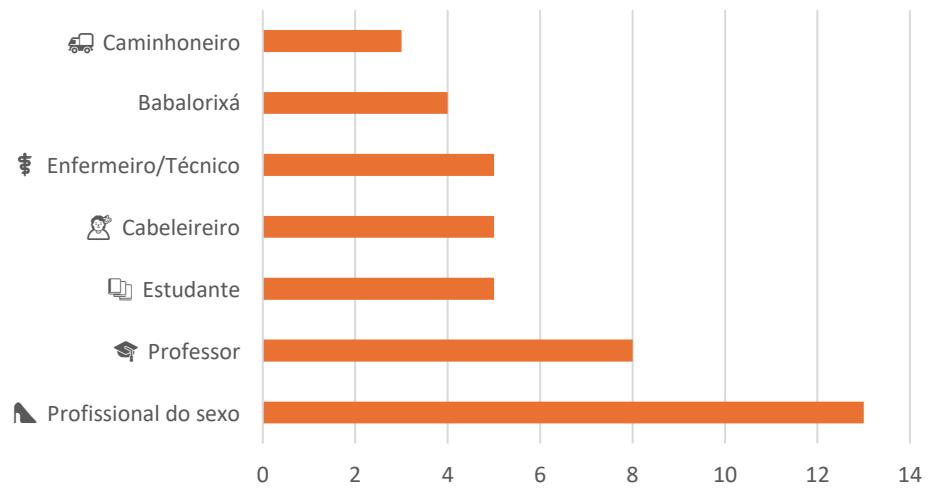


A casa/apartamento/quarto da vítima segue sendo o local mais perigoso, o que indica crimes cometidos por conhecidos, parceiros ou familiares. Vias públicas e terrenos baldios são cenários frequentes para execuções sobretudo de pessoas trans, muitas vezes associadas ao trabalho sexual e à marginalização espacial. Gays, bissexuais e lésbicas são executados via de regra com objetos domésticos, - fios elétricos, facas, garfos, chaves de fenda, asfixiados com almofadas – enquanto profissionais do sexo são alvejados com tiros de arma de fogo. Espancamentos, pauladas, pedradas e tortura fazem parte dessa via-crucis que tira a vida dos lgbt brasileiros a cada 34 horas. Entre estes, todo ano, algum heterossexual, - três em 2025 - que por defender ou estar acompanhando algum gay ou travesti, foi igualmente assassinado.

6. PROFISSÕES DAS VÍTIMAS

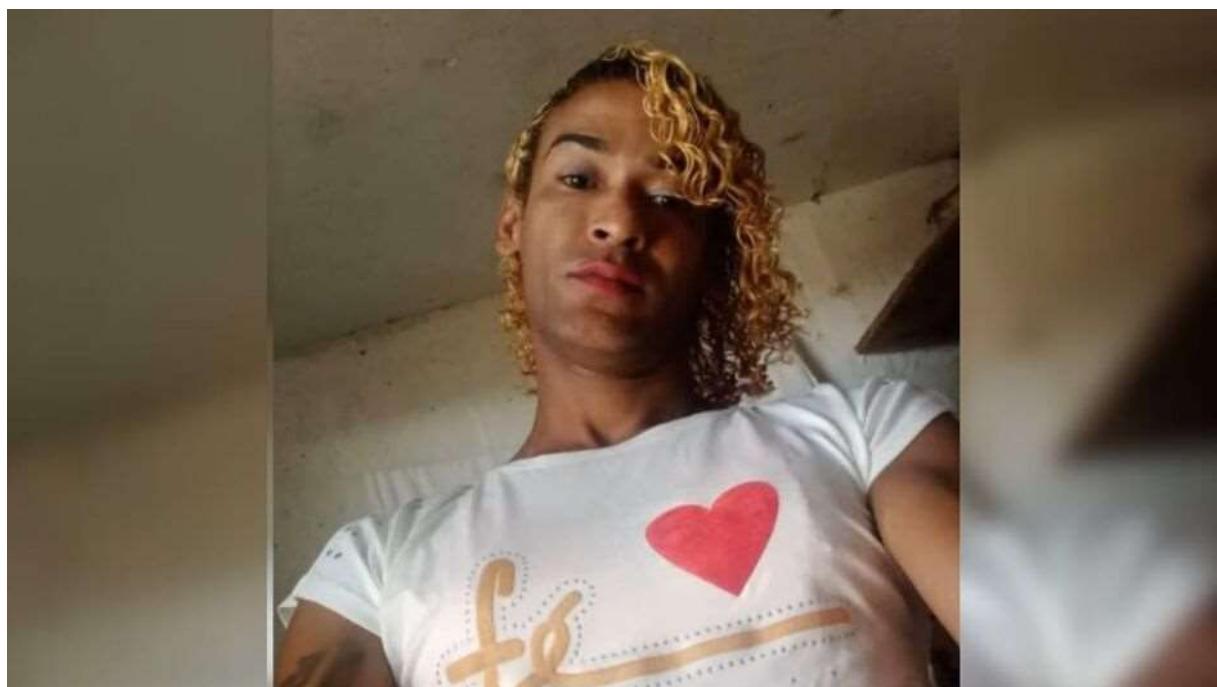
- Profissional do sexo: 13
- Professor: 8
- Cabeleireiro: 5
- Enfermeiro/Técnico: 5
- Estudante: 5
- Caminhoneiro: 3
- Babalorixá/Pai de santo: 4

PROFISSÕES DAS VÍTIMAS



A sobrerepresentação de profissionais do sexo evidencia a interseccionalidade entre transfobia, pobreza e exclusão laboral. A presença de professores e profissionais de saúde demonstra que a violência atinge todas as classes sociais, mas com diferentes dinâmicas de risco, e que infelizmente a maior escolaridade e poder aquisitivo não redundam, necessariamente, em maior evitação do risco com parceiros desconhecidos, muitas vezes contatados por meio de aplicativos de encontros.

MARTELO, FACADAS E SILENCIO: OS 7 CASOS QUE MOSTRAM O ÓDIO MORTAL CONTRA LGBT+ EM 2025



Fonte: topmídia News, 2025 / Reprodução

1. Dandara Vick - Campo Grande, MS | 22/03/2025

Mulher Trans, 34 anos, detenta.

Causa Mortis: Asfixia.

Circunstância: Assassinada dentro do presídio.

O caso de Dandara expõe a violência extrema dentro do sistema carcerário, onde pessoas trans são particularmente vulneráveis. Sua morte por asfixia enquanto cumpria pena levanta graves questionamentos sobre a proteção (ou falta dela) oferecida pelo Estado àqueles sob sua custódia.

Fonte: <https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/desavenca-dentro-de-cela-causou-morte-de-travesti-em-campo-grande/219090/>.



Câmara de segurança registra chegada da vítima e algozes ao apartamento, G1 Distrito Federal/ Reprodução

2. Sidnei Martins de Oliveira - Riacho Fundo I, DF | 11/04/2025

Gay, 56 anos, em situação de rua.

Causa Mortis: Arma branca (39 perfurações).

Circunstância: Homofobia.

Sidnei foi vítima de um crime de ódio de extrema crueldade. Esfaqueado 39 vezes após supostamente fazer uma proposta sexual ao autor do crime. O caso choca não apenas pela quantidade de golpes, que indica um ataque de fúria e desumanização, mas por revelar como a homofobia pode se manifestar com violência letal contra pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

Fonte: Correio Braziliense.

https://www.correobraziliense.com.br/cidades-df/2025/04/7108288-morador-de-rua-esquartejado-no-df-foi-morto-ao-fazer-proposta-sexual-ao-autor.html#google_vignette



G1 – Amazonas / Reprodução

3. Fernando Vilaça - Manaus, AM | 05/07/2025

Gay, 17 anos, estudante.

Causa Mortis: Espancamento.

Circunstância: Homofobia, morreu no hospital.

A morte de Fernando, um adolescente, evidencia a violência homofóbica entre jovens. Espancado até a morte, seu caso foi investigado e a polícia concluiu que a motivação foi injúria homofóbica. A tragédia de uma vida interrompida tão cedo por ódio mostra como o preconceito pode ser mortífero desde a juventude.

Fonte: G1 Amazonas, Agência Cenarium.



Gefferson Willian / TV Verdes Mares, Fortaleza

4. Gefferson Willian (O Rei do Fuá) - Brejo Santo, CE | 26/10/2025

Gay, 33 anos, influenciador.

Causa Mortis: Arma de fogo (17 tiros).

Circunstância: Execução.

Gefferson era um influenciador conhecido por criticar políticos locais. Foi executado com 17 tiros dentro de casa. Este caso vai além da LGBTfobia comum, sugerindo uma retaliação por ativismo e liberdade de expressão. A brutalidade do método (17 tiros) aponta para uma execução sumária, tentando silenciar uma voz dissidente.

Fonte: G1 Ceará.



Motorista por aplicativo e Rhianna Alves G1 Ceará / Reprodução

5. Rhianna Alves - Luís Eduardo Magalhães, BA | 06/12/2025

Mulher Trans, 18 anos, blogueira.

Causa Mortis: Estrangulamento.

Circunstância: Namorado.

Rhianna, uma jovem blogueira trans de 18 anos, foi encontrada morta por estrangulamento dentro do carro. O principal suspeito é o namorado. O caso representa a trágica intersecção entre violência de gênero (feminicídio) e transfobia, muitas vezes no ambiente íntimo e doméstico, onde a vítima deveria estar mais segura.

Fonte: G1 Bahia.

LUTO
luto
NOTA DE PESAR

Com profunda tristeza,
lamentamos o falecimento da
adolescente Heloysa Maria de
Alencastro Souza; aluna do
Colégio Adventista no CPA 2.
Nossa comunidade escolar está
de luto e compartilha a dor da
perda com a família e amigos.
Que Deus conforte e abençoe
todos nesse momento tão difícil.

Heloysa Maria de Alencastro Souza / Reprodução

6. Heloysa Maria de Alencastro Souza - Cuiabá, MT | 22/04/2025

Lésbica, 16 anos, estudante.

Tipificação: Lesbofobia.

Causa Mortis: Espancamento.

Circunstância: A mãe teria encomendado o crime.

Talvez um dos casos mais chocantes dessa lista. Heloysa, uma adolescente lésbica de 16 anos, foi espancada até a morte. A investigação apontou que a própria *mãe da vítima* teria encomendado o assassinato por não aceitar sua orientação sexual. Este caso extremo revela como a LGBTfobia pode vir do seio familiar, transformando o lar em um lugar de perigo mortal.

Fonte: Folha Max, SESP-MT.



Rian (esq) e Thiago (dir) – G1 Acre / Reprodução

7. Rian Barroso e Brito & Thiago Silva - Cruzeiro do Sul, AC | 28/05/2025

Gays, 24 anos (Rian) e idade não informada (Thiago).

Causa Mortis: Golpes de martelo.

Circunstância: Corações arrancados.

Este duplo homicídio apresenta um nível de brutalidade e ritualismo macabro que choca pela selvageria. Dois jovens gays foram assassinados a marteladas e tiveram seus corações arrancados. A violência excessiva e a mutilação sugerem um crime de ódio com um componente simbólico de extrema desumanização, tratando as vítimas como objetos a serem destruídos de forma ritualística.

Fonte: Revista Fórum.

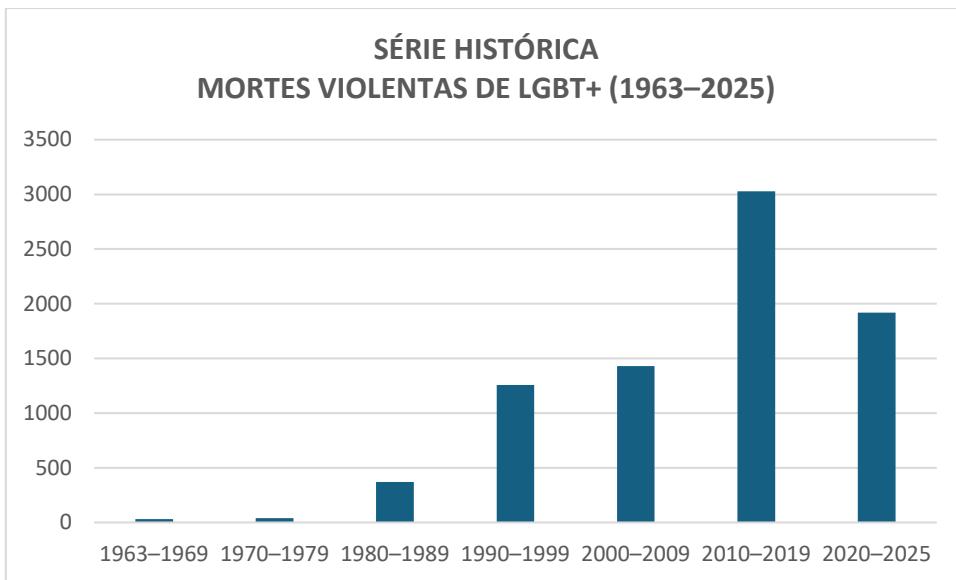
UM RETRATO DA VIOLÊNCIA EXTREMA

Esses sete casos selecionados formam um mosaico aterrador da violência contra a população LGBT+ no Brasil. Eles vão da intimidade do lar ao espaço público, da cela de presídio à rua. Mostram vítimas de 14 a 66 anos, assassinadas com marteladas, facadas (até 39 golpes), espancamento, asfixia e tiros (até 17 disparos). As motivações vão da rejeição familiar ao ódio puro, passando por vingança e tentativas de silenciar vozes. Mais do que números, cada linha dessa planilha representa uma história interrompida por uma violência que frequentemente busca exterminar não apenas uma vida, mas uma identidade, ao mesmo tempo que tenta reforçar a afirmação machista de uma heterossexualidade mal resolvida. Freud explica! A recorrência de métodos extremamente cruéis indica um componente de ódio que desumaniza a vítima, tratando-a como algo a ser obliterado com excesso de força. Como nos tempos da Inquisição, quando se queimavam os sodomitas para apagar-lhes a memória.

SÉRIE HISTÓRICA – MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ (1963–2025)

Total geral: **8.072 casos**

Período	Quant.	%
1963–1969	30	0,37%
1970–1979	41	0,51%
1980–1989	369	4,57%
1990–1999	1.256	15,56%
2000–2009	1.429	17,71%
2010–2019	3.029	37,53%
2020–2025	1.918	23,75%
Total	8.072	100%



Análise da série histórica de mortes violentas de pessoas LGBT+ (1963–2025)

A série histórica das mortes violentas de pessoas LGBT+ no Brasil, cujos registros originais encontram-se nos arquivos do GGB, atualmente conservados e parcialmente digitalizados pelo Cedoc/Dignidade/Curitiba, abrangendo o período de 1963 a 2025, contabiliza um total de 8.072 casos registrados. A distribuição temporal revela uma curva ascendente e persistente, desmontando qualquer narrativa de progresso linear em termos de proteção à diversidade sexual e de gênero. Entre 1963 e 1979, período que soma apenas 71 registros, correspondendo a 0,88% do total, os números extremamente baixos não indicam menor incidência de violência, mas sim invisibilidade absoluta, falta de registros jornalísticos e policiais. Trata-se de um contexto marcado pela criminalização moral da homossexualidade, censura sistemática da imprensa antes e durante a ditadura civil-militar e ausência completa de mecanismos de registro público. A violência existia, mas não era noticiada. Os corpos eram apagados duas vezes, pela morte física e pelo silêncio institucional.

Na década de 1980, observa-se a primeira inflexão significativa da curva, com 369 casos registrados, o equivalente a 4,57% do total. Esse aumento não representa necessariamente crescimento real da violência, mas sim a emergência da visibilidade. O surgimento do Grupo Gay da Bahia, em 1980, pioneiro na produção das estatísticas de letalidade lgbt, a organização do movimento LGBT no país e a epidemia de HIV/Aids, que expôs corpos dissidentes ao escrutínio público, inauguraram um período de monitoramento sistemático. A violência sempre esteve presente, o que muda a partir desse momento é que ela passa a ser contabilizada. O principal jornal do Norte e Nordeste, A Tarde de Salvador, publicou em 1985: “Mantenha a cidade limpa, mate uma bicha todo dia!”

Os anos 1990 marcam um salto expressivo, com 1.256 casos registrados, correspondendo a 15,56% do total. Esse crescimento coincide com a consolidação do neoliberalismo, o aprofundamento das desigualdades sociais, a expansão das periferias urbanas, o avanço do fundamentalismo religioso e também a modernização progressiva dos registros policiais através da internet. Nesse contexto, a LGBTfobia se estrutura como política moral, convertendo-se em violência urbana, controle social e punição pública. A morte passa a cumprir função pedagógica, ensinando, pelo terror, quais corpos são considerados legítimos e quais são descartáveis.

Na década de 2000, o número de casos atinge 1.429, representando 17,71% do total. Esse período é marcado por avanços legais e institucionais para as minorias sexuais, surgimento das primeiras políticas públicas voltadas à população LGBT e reconhecimento progressivo de direitos. No entanto, a violência não apenas persiste, como se mantém em patamar elevado. Isso demonstra, de forma contundente, que conquistas jurídicas e legais, por si sós, não são capazes de desmontar culturas enraizadas de ódio. Direitos no papel não transformam automaticamente práticas sociais e mentalidades não se mudam por decreto.

Os anos 2010 concentram o pico histórico da série, com 3.029 mortes, o equivalente a 37,53% de todos os casos registrados em seis décadas. Trata-se da década mais letal para a população LGBT+ no Brasil. Esse cenário está diretamente associado à polarização política, ao crescimento da extrema direita, à institucionalização do discurso anti-LGBT, à normalização do ódio nas redes sociais e ao desmonte de políticas públicas voltadas para as minorias sociais. É o período do “pode odiar em voz alta”, quando a violência deixa de ser vergonha e passa a ser bandeira política.

O Dr. Domingos Oliveira, principal responsável por este Observatório, esclarece: O recorte de 2020 a 2025, em apenas cinco anos, já se contabilizam 1.918 mortes, correspondendo a 23,75% do total histórico. Trata-se de um dado alarmante. Em metade do tempo da década anterior, já se atinge quase dois terços do seu volume de mortes. Mantido esse ritmo, a projeção é que esta década supere de muito as anteriores. Esse período é atravessado pela pandemia, pelo aumento do isolamento social, pela intensificação da violência doméstica, pelo avanço do conservadorismo e pela crise econômica. O ódio, agora, volta-se para dentro de casa. O Presidente Bolsonaro chegou a declarar publicamente: “Prefiro meu filho morto do que trazer um bigodudo pra dentro de casa!” Ele e seus filhos desqualificaram essas estatísticas por serem pesquisadas por um grupo gay.

A leitura longitudinal dessa série permite afirmar, sem margem para dúvida, três conclusões centrais. Em primeiro lugar, não há queda histórica da violência. A curva é ascendente. O tempo passa e a violência aumenta, apesar do recuo ocasional de alguns poucos anos. Em segundo lugar, visibilidade não significa proteção. Mesmo após a criminalização da LGBTfobia pelo STF, a ampliação do debate público, o crescimento das paradas LGBT, a criação de centros de referência e maior presença na mídia, as mortes não diminuem. Em terceiro lugar, o problema é estrutural. Não se trata de casos isolados, crimes passionais ou desentendimentos interpessoais. Trata-se de cultura política do ódio, controle moral e limpeza social simbólica, heteronormatividade tóxica.

Em seis décadas, o Brasil saiu do silêncio estatístico para o recorde mundial de assassinatos de pessoas LGBT+. Infelizmente a história não revela avanço civilizatório, mas a sofisticação da barbárie.

Como explicar a redução de mortes violentes de 2024 para 2025

A redução de 291 para 257 mortes, 34 casos, correspondente a uma queda de 11,7%, deve ser interpretada com extrema cautela. Essa variação pode ser explicada por fatores como subnotificação midiática, agravada por cortes nas redações e redução da cobertura de crimes considerados de menor impacto; mudanças nas dinâmicas da violência, com possível migração para formas não letais, como ameaças, agressões e extorsões; implementação localizada de políticas de proteção em algumas capitais; além da variação estatística natural em séries históricas baseadas em fontes abertas.

É fundamental enfatizar que essa redução pontual não representa diminuição da LGBTfobia estrutural. O Brasil segue como o país que mais mata pessoas trans no mundo, mantendo a taxa brutal de uma morte a cada 34 horas.

Elucidação dos crimes e autoria

A análise da planilha *Lista Geral – 2025 – GGB.xlsx* buscou identificar os casos elucidados, ou seja, aqueles em que houve identificação do agressor, bem como as mortes cometidas por parceiros íntimos. Embora a planilha original utilize marcação em verde para indicar casos elucidados, essa formatação se perde na extração dos dados, exigindo leitura qualitativa das colunas “Circunstância” e “Fonte”, com atenção a menções a prisões, confissões ou apreensões.

Foram identificados casos como os de Jeane Lui, associada a conflito entre facções; Edilson Porfirio, com dois acusados presos; Alex Martins, com autora presa; Lucas Emanoel, cuja ex-companheira, policial militar, foi presa; Raimundo Nonato, com suspeito identificado; Marcela Valentina, com prisão posterior; Sidnei Martins, com confissão; Fernando Vilaça, com suspeito apreendido; e Gabriel Costa, cujo namorado foi preso.

Apesar disso, esses casos representam uma minoria. Estima-se que apenas entre 30 e 40 dos 257 registros apresentem algum grau de elucidação, o que corresponde a 12% a 16% do total. Em outras palavras, mais de 80% das mortes permanecem sem autoria conhecida, revelando um padrão crônico de impunidade e a baixa prioridade institucional atribuída a esses crimes.

Violência em relações íntimas

A análise identificou aproximadamente 23 casos de mortes cometidas por parceiros íntimos, incluindo companheiros, namorados, ex-companheiros e cônjuges. Desses, 13 foram praticados por companheiros, seis por namorados, três por ex-companheiros e um por cunhado, caracterizando também violência intrafamiliar. Tais dados descartam a opinião muito repetida pelos homófobos de plantão, de que os assassinos de lgbt são seus próprios companheiros.

Casos como os de Karolyne Souza, assassinada pela companheira, Pâmela Nunes Valadares, morta pelo namorado com participação do cunhado, Cristiano Luiz Freitas, e Quitéria dos Santos Costa evidenciam que parcela significativa das mortes ocorre no interior de relações de confiança. Trata-se da reprodução da lógica do controle, da posse e da dominação no âmbito afetivo, atravessada por LGBTfobia, machismo, heteronormatividade tóxica, misoginia e transfobia. O espaço doméstico, que deveria proteger, transforma-se em território de risco e execução.

Os dados revelam dois problemas estruturais centrais. O primeiro é a baixíssima taxa de elucidação dos crimes, que consolida a cultura da impunidade. O segundo é a incidência significativa de mortes em contextos de relações íntimas, evidenciando a ausência de políticas públicas específicas de enfrentamento à violência doméstica entre pessoas LGBT+.

Somam-se a isso limitações importantes dos dados, como lacunas informacionais sobre autoria, circunstâncias e vínculos com os agressores. Ainda assim, mesmo com essas restrições, o padrão é inequívoco, impunidade estrutural e violência íntima recorrente.

Os números expõem um cenário alarmante. A maioria das mortes segue sem resposta do Estado. Quando há resposta, ela é tardia, fragmentada e insuficiente. Somente por volta de um décimo dos casos ocorre dentro de relações afetivas, o que escancara a ausência de políticas preventivas.

Em termos diretos, o Estado falha duas vezes, quando não protege e quando não investiga. E essa dupla falha mata e o faz conivente dessa barbárie.

POR QUE A REDUÇÃO DE 2024 PARA 2025?

Análise da elucidação dos casos e autoria dos crimes

A análise da planilha *Lista Geral – 2025 – GGB.xlsx* teve como objetivo identificar, primeiramente, os casos elucidados, entendidos como aqueles em que houve reconhecimento formal do agressor, e, em segundo lugar, mapear as mortes praticadas por parceiros íntimos, como companheiros, namorados, esposas ou esposos. Cabe destacar que, embora a planilha original utilize sinalização em verde para indicar casos elucidados, essa formatação se perde quando os dados são extraídos em formato bruto. Assim, a identificação precisou ser realizada por meio de leitura qualitativa das colunas “Circunstância” e “Fonte”, observando menções explícitas a prisões, confissões, apreensões, denúncias formais ou autoria conhecida.

A partir desse procedimento metodológico, foram identificados 105 casos elucidados, o que corresponde a aproximadamente 40,9% do total de 257 registros. Esse percentual é expressivo quando comparado aos padrões nacionais de investigação de homicídios, cuja média de elucidação costuma permanecer abaixo de 30%, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda assim, o número revela que 152 casos, ou 59,1%, permanecem sem autoria conhecida, evidenciando a permanência de um padrão estrutural de impunidade.

Entre os casos com autoria identificada destacam-se, por exemplo, o assassinato de Jeane Lui, em Belo Horizonte, associado a disputa entre facções; o caso de Edilson Porfirio, em São Paulo, no qual dois acusados foram presos; a morte de Alex Martins, em Sergipe, em que uma mulher trans foi presa após o crime; o assassinato de Lucas Emanoel, em Pernambuco, cuja ex-companheira, policial militar, foi detida; o caso de Raimundo Nonato, no Piauí, em que o suspeito entrou em contato com vizinhos após o homicídio; a morte de Marcela Valentina, em Alagoas, com suspeito preso meses depois; o homicídio de Sidnei Martins, no Distrito Federal, no qual o autor confessou; o caso de Fernando Vilaça, no Amazonas, com suspeito apreendido; e o assassinato de Gabriel Costa, no Espírito Santo, cujo namorado foi preso.

Esses exemplos ilustram que há, de fato, um conjunto relevante de casos com autoria conhecida. Entretanto, a existência de uma taxa de elucidação de aproximadamente 41% não pode ser interpretada como sinal de eficiência sistêmica, mas como uma exceção relativa em um país marcado por padrões históricos de negligência investigativa. O dado revela uma seletividade institucional: crimes que ganham maior repercussão midiática ou envolvem relações interpessoais tendem a ser investigados com mais celeridade, enquanto a maioria permanece invisibilizada.

Mortes cometidas por parceiros íntimos

No que diz respeito às mortes praticadas por parceiros íntimos, a análise da coluna “Circunstância” permitiu identificar aproximadamente 23 casos, correspondentes a cerca de 9% do total de registros. Desses, cerca de 13 foram cometidos por companheiros ou companheiras, seis por namorados ou namoradas, três por ex-companheiros e um envolvendo cunhado, configurando também violência intrafamiliar.

Entre os casos emblemáticos destacam-se Karolyne Souza, lésbica assassinada pela companheira; Pâmela Nunes Valadares, morta pelo namorado com participação do cunhado; Cristiano Luiz Freitas, cujo homicídio ocorreu em contexto de relação íntima; e Quitéria dos Santos Costa, morta por um homem trans, indicando vínculo afetivo prévio. Esses dados demonstram que uma parcela significativa das mortes ocorre no interior de relações marcadas por confiança, intimidade e dependência emocional.

Do ponto de vista sociológico, observa-se a reprodução da lógica do controle, da posse e da dominação no interior das relações afetivas, agora atravessadas por LGBTfobia, misoginia e transfobia. O espaço doméstico, historicamente construído como lugar de proteção, converte-se em território de risco. Isso desestrói o mito da “violência externa” como principal ameaça e revela que, em muitos casos, o perigo se encontra dentro da própria relação afetiva.

A análise integrada dos dados evidencia dois problemas estruturais centrais. O primeiro é a taxa ainda elevada de impunidade, com quase 60% dos casos sem identificação do agressor, o que expressa a negligência sistemática do aparato estatal frente às mortes de pessoas LGBT+. O segundo é a incidência significativa de crimes cometidos por parceiros íntimos, apontando para a urgência de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica em relações LGBT+, hoje praticamente inexistentes no país.

Ressaltam-se, ainda, as limitações da base de dados. Muitos registros não apresentam informações detalhadas sobre circunstâncias, autoria ou vínculo com o agressor. Em diversos casos, a coluna “Circunstância” apenas sugere a dinâmica do crime, sem confirmação oficial. As variáveis “Tipificação” e “Causa Mortis” contribuem para a compreensão do padrão de violência, mas não permitem inferências precisas sobre autoria. Ainda assim, mesmo com essas limitações, o padrão é inequívoco: impunidade estrutural e violência íntima recorrente.

Os dados revelam um cenário alarmante. Embora 105 casos tenham sido elucidados, a maioria das mortes de pessoas LGBT+ segue sem resposta do Estado. Quando há resposta, ela tende a ser tardia, fragmentada e dependente de pressão social ou midiática. Ademais, quase um décimo das mortes ocorre no interior de relações afetivas, o que evidencia a ausência quase absoluta de políticas públicas voltadas à prevenção da violência doméstica entre casais LGBT+.

Não se trata apenas de investigar depois da morte, mas de construir redes de proteção antes que ela aconteça. Em termos diretos, o Estado falha duas vezes: quando não protege e quando não investiga. E essa dupla falha mata.

Análise individual dos casos

O caso de **Heitor Florencio Nascimento**, adolescente de 14 anos, residente em São Paulo, refere-se a uma morte por suicídio ocorrida em um estacionamento. Não há informações disponíveis sobre sua escolaridade, contexto familiar ou histórico psicológico, o que evidencia lacunas importantes na cobertura do caso. Do ponto de vista sociológico, a literatura científica aponta de forma consistente que jovens LGBT+ apresentam maior risco de ideação suicida, especialmente quando submetidos a bullying, rejeição familiar, isolamento social e violência simbólica no ambiente escolar e comunitário. A ausência de dados institucionais sobre a trajetória de Heitor não é neutra, ela revela o silêncio do Estado e das políticas públicas diante do sofrimento psíquico de adolescentes LGBT+. Não se conhece a motivação específica do ato, mas conhece-se bem o sistema social que adoece esses corpos.

Já o caso de **Nicolly Fernanda Pogere**, de 15 anos, ocorrido no município de Hortolândia, em São Paulo, configura um homicídio de extrema brutalidade. A adolescente foi encontrada esquartejada, com o corpo enrolado em um lençol e descartado em uma lagoa. O namorado figura como principal suspeito do crime. A mídia classificou a vítima como “gay”, contudo, o uso de nome social feminino indica a possibilidade de identidade trans não reconhecida oficialmente. Essa incongruência evidencia um problema estrutural, a subnotificação de identidades trans nos registros jornalísticos e policiais, o que compromete a produção de dados fidedignos. Do ponto de vista sociopolítico, trata-se de um feminicídio LGBT+ juvenil marcado por extrema violência. O fato de o suspeito ser parceiro afetivo remete a padrões amplamente documentados de violência íntima, atravessados por relações de controle, posse e misoginia, agora reconfiguradas pela transfobia estrutural.

O terceiro caso refere-se a uma **mulher trans de 16 anos**, assassinada a tiros em área rural no município de Primavera, em Pernambuco. O corpo foi encontrado em uma região de mata, sem informações sobre autoria, motivação ou circunstâncias do crime. A ausência do nome da vítima constitui uma forma de violência simbólica. Apagar o nome é apagar a existência social do sujeito. Quando a morte vira apenas número, perde-se a história, a trajetória e o direito à memória. Em contextos rurais, essa invisibilidade é ainda mais profunda, revelando camadas adicionais de exclusão territorial e institucional.

Padrões estruturais identificados

A análise dos três casos permite identificar padrões estruturais relevantes. Todas as vítimas tinham menos de 18 anos, o que situa os crimes no campo da infância e adolescência, fases que deveriam ser protegidas por políticas públicas integradas. Na prática, essa proteção não se materializa. Observa-se também a presença de violência extrema em dois dos casos, caracterizada por esquartejamento e execução por arma de fogo, o que aponta para crimes de ódio, marcados por sadismo e desumanização das vítimas.

Outro padrão recorrente é a invisibilização institucional. Uma das vítimas não teve o nome divulgado e outra, possivelmente trans, foi classificada como “gay”, demonstrando falhas graves na identificação correta das identidades de gênero. O apagamento começa no registro oficial e se perpetua nas estatísticas. Soma-se a isso a ausência de informações sobre políticas de proteção. Não há menção a acompanhamento psicológico, vínculo escolar, atuação do Conselho Tutelar ou presença de assistência social. O Estado não aparece. E quando o Estado não aparece, as mortes se repetem.

RECOMENDAÇÕES DO GGB

1. Implementação nacional do formulário “Rogéria” (CNJ) para registro obrigatório de crimes LGBTIfóbicos.
2. Capacitação de agentes públicos para monitorar a violência lgbtfóbica.
3. Políticas de emprego e inclusão social para pessoas lgbt.
4. Campanhas educativas contra LGBTfobia nas escolas e mídias.
5. Monitoramento independente contínuo da violência anti-lgbt , com apoio estatal.
6. Investigação e punição exemplar do racismo homofóbico.

“Enquanto houver uma morte por ódio, nossa luta não terminará.”

Marcelo Cerqueira, Presidente do GGB

CONTATO PARA IMPRENSA:
Grupo Gay da Bahia (GGB)

Autores responsáveis pela pesquisa, sistematização e release:
Dr. Domingos Oliveira, 75-999745948
Dr. Luiz Mott, 71-987464830
Marcelo Cerqueira, 71-999894748, Presidente do GGB

O relatório completo está disponível para download em:
<https://grupogaydabahia.com.br/>
<https://cedoc.grupodignidade.org.br/>